**ESCREVIVÊNCIA COMO METODOLOGIA DECOLONIAL**

Danielle Costa de Araujo FFP/UERJ

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o conceito de “escrevivência” cunhado por Conceição Evaristo numa perspectiva decolonial, alinhado às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 que determinam o ensino de História, cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena em todos os componentes curriculares e níveis de escolarização. O conceito de escrevivência em sua concepção inicial aglutina escrever, viver, ser, uma forma de mulheres negras denunciarem a sua realidade e de transformá-la por meio da escrita. Em uma sociedade que vivencia o racismo estrutural, a educação como prática social humana e emancipatória, precisa combater o racismo e incisivamente contribuir para a descentralização da cultura eurocentrista, promovendo a valorização e conhecimento da cultura africana, afro-brasileira e indígena por meio do letramento racial.

Palavras Chaves: Escrevivências, Letramento racial, Decolonialidade, Educação

Este artigo objetiva discutir o termo escrevivência em relação às perspectivas decoloniais, relacionando-o aos processos de racismo dentro do espaço escolar. Utiliza-se a metodologia de abordagem qualitativa que visa “[...] contribuir para que a pesquisa em educação produza resultados cada vez mais suficientes para pensarmos as soluções mais adequadas aos nossos problemas [...]” Lüdke e André (1986, p.8). E realização de revisão da literatura, pois de acordo com Prodanov (2013), ela serve para reconhecer o capital cultural e intelectual de outros autores e impregnar a discussão proposta de argumentos de autoridade para consubstanciar os temas abordados. Utilizando uma abordagem teórica voltada para perspectivas decoloniais, este artigo se inicia apresentando um breve histórico da constituição da América que tem como eixo principal a classificação social da população de acordo com raça, o que embasa fundamentalmente a constituição do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado de acordo com a linha de pensamento do Grupo Modernidade/colonialidade que introduziu um movimento epistemológico para a renovação crítica das ciências sociais na América Latina no século XXI.

É central na teoria decolonial abordar como o racismo está enraizado nas práticas sociais, instituições, política e economia, a partir do colonialismo europeu onde práticas de exploração e subjugação foram legitimadas pela categoria de classificação: raça. Sendo o racismo estrutural, é perceptível dentro da Educação, como o currículo escolar reproduz uma visão eurocêntrica que desvaloriza e contribui para o apagamento das culturas não europeias.

Por meio da análise do termo “escrevivência” de Conceição Evaristo, pretende se ampliar este conceito para uma forma de metodologia a ser utilizada em turmas do 1º ao 5º ano de escolaridade do Ensino Fundamental I (subentende-se que estão alfabetizados ou em processo); sob o viés das Leis nº 11.639 e 11.645 que determinam o ensino de História e cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena.

Antes dos futuros europeus chegarem à América, a ideia de raça como foi posta na modernidade não existia. A colonização foi um processo histórico de exploração econômica, política, de territórios e população. Césaire (2020) denomina a colonização como “coisificação”, que gera expropriações, epistemicídio e genocídios, pois este foi um processo de exploração, opressão e desumanização pelos colonizadores da África e das Américas, o que gerou consequências devastadoras para as culturas nativas e identidade dos povos colonizados, haja vista como “coisas” não eram humanos.

 O conceito de raça surge atrelado aos meios de produção e vai além, nas relações sociais, novas identidades, nova perspectiva temporal histórica. O colonialismo, um padrão de poder, colocou a Europa como o centro do mundo, surge o eurocentrismo como marca do poder hegemônico.

Mesmo após a descolonização, se manteve a colonialidade do poder que segundo Quijano (2017) tem como fundamento a imposição da ideia de raça como instrumento de dominação, se perpetua num racismo estrutural constituído por ações conscientes e inconscientes, em um modo de estrutura social onde as relações racistas são naturalizadas. Atinge os campos da economia, política e subjetividade.

O racismo tem a função junto ao Estado de dividir a espécie humana entre os bons e maus, superiores e inferiores, entre os que merecem viver e os que serão mortos, num conceito mais abrangente designa morte além da retirada da vida, mas como a “[...] morte política, a expulsão e a rejeição.” (Almeida, 2017, p. 71). As instituições que representam o Estado são até um certo ponto, responsáveis também pela manutenção do racismo, dentre elas as instituições escolares.

A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que alteram a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 que determinam o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena em todos os componentes curriculares e níveis de escolarização, foi uma vitória para o movimento social negro brasileiro, que reivindica a alguns anos a implementação de uma educação democrática e antirracista.

Um dos principais desafios da educação brasileira hoje é o incisivo combate ao preconceito e discriminação racial. Abordar os temas raça e racismo na escola é uma forma de refletir de forma crítica sobre a própria história, sobre o seu papel na sociedade, reformular opiniões e pensamentos, focando na transformação da sociedade, para que se torne mais justa. A implementação destas leis ainda não é suficiente, mas já representa um grande avanço na sociedade.

O letramento racial como perspectiva decolonial é uma forma que as pessoas individualmente respondem às tensões das hierarquias raciais, o que inclui o reconhecimento de privilégios, compreensão do racismo presente, uso da linguagem antirracista e a consciência das interconexões do racismo com outras desigualdades. (Schucman, 2012)

“Pessoas brancas devem se responsabilizar criticamente pelo sistema de opressão que as privilegia historicamente, produzindo desigualdades, e pessoas negras podem se conscientizar dos processos históricos para não reproduzi-los.” (Ribeiro, 2019)

 Araújo (2016, p. 27) nos fala: “Narrar-se é, portanto, um ato político. Possibilita refletir sobre o que fazemos e, em especial, sobre o que desejamos fazer. A experiência da escrita é um exercício de transformação de nós mesmos, através dela organizamos o pensamento, reafirmamos e transformamos conceitos.” Em uma perspectiva decolonial, a escrita é libertadora, emancipatória, pois vai contra as estruturas de poder coloniais, significando resistência, consciência crítica, uma forma de ampliar vozes de toda uma coletividade em prol de uma sociedade mais igualitária.

O termo “escrevivência” é um neologismo criado pela professora e escritora Conceição Evaristo, surge em 1995 em sua dissertação de mestrado.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. (Evaristo, 2020, p. 30)

Conceição Evaristo nos move a quebrar o silêncio sobre o racismo, preconceito e discriminação. Sua história é exemplo de possibilidades abertas a novas escrevivências para as nossas crianças pretas, pobres e marginalizadas pela sociedade. Escreviver trata-se de uma escrita contaminada pela vida, que denuncia a realidade ao mesmo tempo em que a transforma.

A escrevivência pretende ser uma escrita que extrapola o sujeito individual, e que representa uma coletividade embora seja individual. “E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade.” (*Ibid*., 2020, p. 35) Refletir a história de uma coletividade é uma forma de ampliar as vozes de marginalizados que não tiveram a oportunidade de contar as próprias histórias. É uma escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida. A escrita de si também pode ser para o próprio eu, como uma forma de autoconhecimento, explorar sentimentos, pensamentos, como descoberta da própria identidade.

Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha. (Evaristo, 2020, p. 35)

Escrevivência por meio da narrativa, relata o cotidiano, as experiências vividas e aspirações a serem vividas, tem grande importância na vida de crianças, pois são formas de descobertas, de construção de identidades que foram negadas.

O trabalho com escrevivências objetiva que educandos, por meio de suas escritas, conscientizem-se de sua existência, de seu papel social na sociedade, apresentando de que forma vivem, sentem, afetam e são afetados, relatando suas memórias, narrando seus desejos, anseios e incômodos. Se faz necessário trabalhar de forma concomitante o conceito de lugar de fala.

Cada pessoa enxerga a partir de seu ponto de vista, a partir do contexto que está inserido na sociedade. “O conceito de lugar de fala discute justamente o *locus social*, isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum.” (Ribeiro, 2019)

A colonização da América deixou marcas profundas, principalmente na sociedade brasileira, que constituída sob a colonialidade do poder teve sua história reconstruída sob uma perspectiva eurocêntrica, que produziu um apagamento epistêmico, de identidades, de histórias.

Utilizar a escrevivência como metodologia é uma forma de ampliar vozes que foram emudecidas, mas não desapareceram, apenas repousam. É a oportunidade por meio da narrativa, externar o eu que muitas vezes é velado pela estrutura social que cala e enaltece apenas o que lhe interessa ou lhe parece adequado.

Trabalhar com o letramento racial numa perspectiva decolonial não é uma escolha, é uma necessidade que vai para além de qualquer lei. É a necessidade de romper com uma educação hegemônica, branca e hierarquizante. É capaz de interferir e direcionar de maneira positiva as relações étnico-raciais, promovendo o respeito e a ruptura de atitudes preconceituosas naturalizadas no racismo estrutural brasileiro.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

ARAÚJO, Mairce da Silva, Jacqueline de Fátima dos Santos (org.); GOMES, A. (Org.); OLIVEIRA, D.P. (Org.). **Memoriais de formação**: narrativas e autoria no processo formativo docente. 1. Ed., 2016.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, v. 1, p. 26-46, 2020.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico/Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 2024-05-25.